

**SOBRAL**

PREFEITURA

SECRETARIA DO URBANISMO,  
HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE

**PARECER**  
**PAR/COJUR/SEUMA Nº 210/2022**

**PROCESSO Nº:** P215329/2022 - SEUMA.

**ORIGEM:** SECRETARIA DO URBANISMO, HABITAÇÃO E MEIO AMBIENTE.

**OBJETO:** PEDIDO DE ABERTURA DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO, NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS, DO TIPO MENOR PREÇO, EM REGIME DE EMPREITADA POR LOTE, PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE ECOPONTOS NOS BAIROS COHAB II, DR. JUVÊNIO DE ANDRADE E SUMARÉ. **EXAME DE LEGALIDADE.**

### 1) DA SÍNTESE FÁTICA

Trata-se de análise dos aspectos jurídicos relativos à abertura de Licitação, na modalidade Tomada de Preços, do tipo menor preço, em regime de empreitada por lote, para contratação de empresa para execução de ecopontos nos bairros Cohab II, Dr. Juvêncio de Andrade e Sumaré, com valor global estimado em R\$ 747.835,95 (setecentos e quarenta e sete mil, oitocentos e trinta e cinco reais e noventa e cinco centavos), conforme solicitação de autorização para abertura de processo licitatório deferida pela Secretaria do Urbanismo, Habitação e Meio Ambiente do Município de Sobral.

Os autos foram encaminhados por meio do sistema de compras da Prefeitura de Sobral para esta Coordenadoria Jurídica para análise da documentação necessária à instrução processual e composição do processo de licitação, nos termos da legislação em vigor.

É o breve relatório.

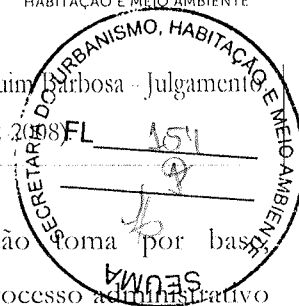
### 2) DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Inicialmente, cabe esclarecer que este parecer é meramente opinativo, sem qualquer conteúdo decisório, haja vista que o prosseguimento do certame ficará adstrito às determinações das autoridades competentes, conforme MS 24.631-6, senão vejamos:

É lícito concluir que é abusiva a responsabilização do parecerista à luz de uma alargada relação de causalidade entre seu parecer e o ato administrativo do qual tenha resultado dano ao erário. Salvo demonstração de culpa ou erro grosseiro, submetida às instâncias administrativo disciplinares ou jurisdicionais próprias, não cabe a responsabilização do advogado público pelo conteúdo de seu parecer de natureza meramente opinativa. Mandado de segurança deferido.



(STF MS 24.631/6 - DISTRITO FEDERAL - Relator(a): Min. Joaquim Barbosa - Julgamento: 09/08/2007 Órgão Julgador: Tribunal Pleno Publicação: DJ 01/02/2008) FL 151



*Prima facie*, cumpre registrar que a presente manifestação toma por base exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Destarte, à luz do art. 133 da Constituição Federal, incumbe a esta Coordenadoria Jurídica manifestar-se sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados pela autoridade máxima do órgão, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

Manifesto-me tal como determina o art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

Quanto ao processo de licitação, verifico que o mesmo foi devidamente autuado, protocolado e numerado, em consonância com o disposto no art. 38, *caput*, da Lei nº 8.666/93. No mais, vê-se que o procedimento administrativo interno se encontra instruído com documentos essenciais ao regular processamento da licitação.

A modalidade escolhida é a de Tomada de Preços, prevista na Lei 8.666/1993 (lei que instituiu a modalidade de licitação denominada Tomada de Preços), a qual entendemos ser perfeitamente cabível e até mais vantajosa para a Administração Pública em razão da ampla competitividade de preços e transparência dela decorrentes.

Além disso, pela descrição do objeto e pela justificativa apresentada para sua contratação no Termo de Referência, concluímos que se adequam perfeitamente aos fins dos interesses do Município de Sobral, não caracterizando qualquer desvio de finalidade na contratação dos serviços licitados.

De mais a mais, e dando início ao exame dos documentos em referência, denota-se que estão atendidas as exigências da Lei nº 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos) com suas alterações ulteriores.

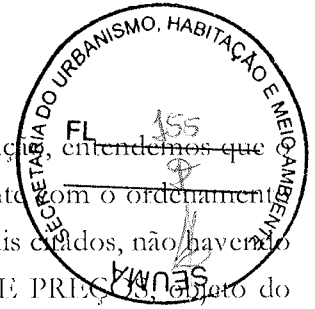
Além disso, o Edital de Tomada de Preços preenche os requisitos obrigatórios contidos no art. 22, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

Em relação à minuta do contrato, verifica-se que a mesma atende às exigências do art. 15, inciso II, §§ 1º ao 5º, e art. 55, e incisos, da Lei de Licitações e Contratos Públicos, constando, nos instrumentos, as cláusulas obrigatórias previstas na referida norma.



### 3) CONCLUSÃO

Diante do exposto, e sem que se faça necessária maior divagação, entendemos que o procedimento administrativo para abertura de processo licitatório está condizente com o ordenamento jurídico, notadamente com a Lei nº 8.666/93 e com os demais instrumentos legais citados, não havendo óbice legal à realização da LICITAÇÃO NA MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS, objeto do processo administrativo nº P215329/2022 - SEUMA.



É o entendimento, salvo melhor juízo.

Sobral - CE, 08 de novembro de 2022.

  
**DIEGO DE FREITAS RIBEIRO**  
COORDENADOR JURÍDICO DA SEUMA